



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 72

Sessão Ordinária de Dezembro

2.ª Reunião de 05-01-2009

Aos cinco dias do mês de Janeiro de dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Miguel Almeida Dias, Joaquim Manuel Silva Marques, Firmino Marques Ferreira, Vítor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, António Bastos Marques Rodrigues, José da Cruz Costa, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Nelson Ricardo Esteves Peralta e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Carlos Eduardo Maria Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Margarida Ferreira e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 23:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa eu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, João Evangelista Rocha de Almeida, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, e Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Miguel de Almeida Dias e António Bastos Marques Rodrigues, respectivamente.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Vasco Manuel Dias Lopes, Emília Alexandra Gaspar Lima da Silva, José Carlos Carvalho Pedroso, Vera Maria da Cruz Viera, Lucinda de Sousa Brandão Pereira e Pedro Emanuel Pinho Melo Abreu do PSD, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida usou da palavra a Presidente da Mesa, para cumprimentar todos os presentes e augurar votos de felicidades pessoais e profissionais neste novo ano de 2009.

O Vogal Pedro Machado Pires da Rosa⁰³, solicitou a palavra, para propor à Mesa que considerasse a alteração da ordem do dia, no sentido de se discutir de imediato o ponto 2. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009 da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados de Aveiro – discussão e aprovação.

A Presidente da Mesa⁰⁴ indagou o Presidente da Câmara sobre tal proposta, o qual concordou.

De imediato colocou nos termos regimentais à consideração do plenário esta alteração à Ordem do Dia, sendo aprovada por unanimidade.

PONTO 2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2009 DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO.

(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 15/12/2008, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação do assunto em epígrafe.

(Todas as intervenções tem como suporte registo digital áudio)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁵

“Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores deputados. Em relação às Grande Opções do Plano e ao Orçamento para 2009, três palavras introdutórias. Em primeiro uma palavra de agradecimento à equipa que durante alguns meses com paciência e com rigor elaborou este documento. Relevar o papel que o vereador Pedro Ferreira teve na coordenação dessa equipa e dos restantes vereadores, bem como aos técnicos que do DEF e dos restantes departamentos do município. Obrigado a todos. Também às Juntas de Freguesia pela colaboração que prestaram que foi valiosa.

Uma segunda palavra para dizer aqui – e é quase um redundância para enumerar os pesados e muitas das vezes inultrapassáveis que uma elaboração deste documento acarreta. No essencial pelas obrigações legais e técnicas que têm de ser cumpridas na sua elaboração. Os resultados desses constrangimentos são conhecidos. Em primeiro lugar o documento não espelha aquilo que deveriam ser as opções políticas de quem foi eleito e de quem faz a gestão, mas limita-se na sua maior parte a cumprir obrigações legais. O resultado deste constrangimento é conhecido. Temos aqui um orçamento de 172 milhões de euros que apenas existem em sonho – é uma quimera. Metade deste valor já seria um valor razoável ou aceitável, mas não podemos legalmente deixar de registar este valor. Para terem uma ideia do papel reduzido que nos cabe a todos (e digo a todos executivo e a todos assembleia municipal) dar-vos um exemplo do que se passou nestas Gops e neste Orçamento. Temos aí um valor total de 172 milhões de euros e a ideia era que nós iríamos ter aqui quer no executivo quer na assembleia municipal onde se iriam gastar estes 172 milhões de euros. Certo é que quando o documento começou a ser elaborado haviam verbas já cativadas e às quais não poderíamos

fugir. Valor em dívida transitou de 45,5 milhões de euros e tinha de ser registado. Os compromissos que somos obrigados a cumprir são mais 35,5 milhões de euros. Outras despesas funcionais, estamos a falar aqui de mais 58 milhões. Isto é, 139 milhões estão logo na origem cativados para estes fins – restam assim 33,9 milhões de euros. E mesmo assim ainda temos de transferir verbas para as empresas municipais cerca de 5,6 milhões euros, para os serviços municipalizados mais 6,6 milhões de euros, outras situações 2 milhões de euros este valor de 14 milhões a retirar aos 33,9 milhões temos 19,7 milhões para gastar o que representa 11% do valor do orçamento. É no fundo nesta fatia de 11% que nós temos algum espaço para fazer porque os restantes 80 % quer o legislador quer os técnicos já os cativaram para determinadas verbas. Isto deveria merecer naturalmente uma intervenção profunda porque está aqui a ser ferido o papel decisório do eleitos e que parece que em vez de estarmos numa democracia estamos mais numa tecnocracia.

Um a terceira palavra é para dizer que mesmo com todos os constrangimentos que são conhecidos há projectos que gostaríamos de concretizar em 2009 e há posturas que gostaríamos de assumir. Há ainda projectos da administração central (e são diversos) que gostaríamos que se iniciassem ou que fossem concretizados neste ano. Gostaríamos, sumariamente, que em 2009 fosse o início da construção do campo da justiça, fosse o ano da conclusão das “carmelitas” e o início de funções do TAF, fosse o ano do início do eixo estruturante, fosse o ano de conclusão de reclassificação do Museu de Aveiro, onde o ministério da cultura está a investir quase 6 milhões de euros, fosse o ano da conclusão das obras ferroviárias ao Porto de Aveiro, fosse o ano de início da unidade de tratamento mecânico ou biológico que irá permitir a médio prazo encerrar o aterro de Cacia. Que fosse também o ano de arranque da Pista de Remo, fosse também o ano de arranque das obras do Porto de Abrigo de São Jacinto, o ano de arranque da concessão da parceria público privada, da consolidação do programa PARES para podermos ter no nosso concelho um conjunto alargado de equipamentos na área social, fosse também um ano que fosse possível continuar a apoiar com cedências de terrenos as nossas associações sócias culturais e desportivas, o ano em que a casa Major Pessoa venha a estar ao pleno dispor dos aveirenses, em que as unidades de Cacia, Esgueira e São Bernardo venham a dar passos seguros para a sua concretização depois que concluída que foi a unidade de saúde de Santa Joana, que a PDA possa continuar no ritmo que criou, que associação desportiva de Taboeira possa vir a dispor de um espaço próprio e digno compatível com o trabalho que tem vindo a desenvolver com a Juventude, e o mesmo para o Azurva, em que o prometido centro nacional de alto rendimento de surf como vir começar a implantar-se, em que a nossa avenida venha finalmente a conhecer os contornos da intervenção profunda que vira a conhecer em 2010, em que o processo do mercado abastecedor possa vir a ter enquadramento no âmbito do QREN, em que o processo do hospital central, em articulação com a administração do hospital e a universidade de Aveiro possa conhecer avanços, que seja aprovado e avance o projecto do parque da sustentabilidade, em que a nova filosofia de atendimento do GAI possa ser extensível a outras freguesias, em que prossigam as importantes reuniões que temos mantido com as juntas de freguesia, em que se rasguem novos horizontes de equipamentos e imóveis que passem para as juntas, especialmente as sedes das juntas, cemitérios, e outros imóveis, em que as Agradas tenham direito a conhecer os benefícios do desenvolvimento, em que o PU seja aprovado, em que a revisão do PDM dê passo significativos, em que o Estado dê autorização da alienação ao município do quartel do parque, da messe de oficiais, da carreira de tiro de esgueira, e o ex-centro de saúde mental, em que o clube de esgueira possa ter condições para realizar o seu maior sonho a construção do seu pavilhão, em que se avance com o processo de saída na mão na A25, em que o Ministério de Ambiente autorize a municipalização dos canais da Ria, em que se avance com as avenidas de Santa Joana e das Agradas, em que se requalifique as áreas adjacentes ao cemitério e igreja das Quintãs, em que se inicie a construção da igreja da Quinta do Picado, em se acorde com a Santa Casa da Misericórdia o problema da capela e da

casa do Seixal, que a Caritas e o Centro Infantil possam vir a adquirir o terreno para as suas novas instalações, em que a Cruz Vermelha de Aveiro possa iniciar a construção das suas novas instalações em terrenos que recentemente lhe doámos, em que os Bombeiros Novos aprovelem o seu projecto para a construção do novo quartel, em que o edifício do SMIA se concluía, em que o processo do TGV Aveiro/Salamanca se consolidem, em que a entrada em Aveiro pela Mário de Sacramento seja valorizada, em que seja corrigida a passagem superior das Agras, em que seja melhorada a circulação viária entre a cidade e o centro de Esgueira, em que possamos continuar a apoiar os diferentes projectos na área da juventude, em que voltem a ser distinguidos os melhores alunos e os campeões desportivos aveirenses, em que prossiga o apoio às duas corporações de bombeiros de Aveiro, em que o recém criado FICA recolha o êxito que todos ambicionamos, em que seja encontrada uma solução para reunir num único local o excelente trabalho social que as Florinhas do Vouga desenvolvem em Santiago, Teatro Aveirense e Aveiro-Expo prossigam o bom trabalho que têm vindo a promover, e que seja aprovado o plano de habitação social para a próxima década e definidor dos compromissos nessa área, em que o projecto da Avenida de Arte Contemporânea possa continuar a consolidar-se, que prossiga o bom trabalho desenvolvido na área do desporto, que a acção social possa prosseguir de forma discreta mas do interessante trabalho que tem desenvolvido, possa prosseguir o trabalho na área educativa quer no apoio às escolas quer ao apoio nas áreas extracurricular, que possa ocorrer uma intervenção de inúmeros passeios que se encontram em estado adiantado de degradação, se apresente uma forte melhoria e qualidade dos espaços verdes existentes, em que a 230-1 que liga Eixo às Quintãs depois da recente municipalização possa ser alvo de uma profunda intervenção, em que seja possível desbravar novos espaços empresariais, em que possa prosseguir a via panorâmica Aveiro/Ílhavo, seja concluído o processo do matadouro, que o plano estratégico venha a ser uma feliz realidade, que o concurso de ideias para a praça Melo Freitas se conclua, que a redes cicláveis venham conhecer um reforço, que entre em funcionamento o novo edifício dos Serviços municipalizados de Aveiro, que prossiga o excelente trabalho que a freguesia de Requeixo está a desenvolver na Pateira, que se sinta um melhoramento na qualidade de muitos dos arruamentos do nosso concelho que virão a sofrer profundas melhorias, que seja um ano em que Aveiro Polis encerre definitivamente a sua actividade, e em que se proceda à fusão das empresas municipais dando lugar apenas a uma, em que o Beira-Mar passe a gerir o novo estádio e o protocolo recentemente aprovado seja integralmente cumprido, em que saibamos aproveitar as potencialidades do QREN, em que a comunidade portuária de Aveiro veja o seu papel reconhecido e potenciado, que possa prosseguir na recente criada CIRA o profícuo trabalho em parceria que tem vindo a ser desenvolvido por todos os municípios envolvidos, que essa nova e feliz realidade que é o polis da Ria para restituir à nossa Ria a dignidade e qualidade que todos queremos, e por último que através de todas estas iniciativas que vamos promover, que estejamos à altura e que sejamos dignos dos 250 anos de elevação a cidade e dos 1050 anos do primeiro documento escrito, dos 200 anos do nascimento de José Estêvão, dos 750 anos do nascimento de São Gonçalinho, que durante o ano de 2009 iremos comemorar. Estes são alguns dos muitos sonhos que nos acalentam, que nos movem e que nos dão muita esperança num ano de 2009 que apesar das conhecidas e reconhecidas dificuldades estará, temos a certeza, à altura da riqueza da nossa história colectiva. Muito obrigado.”

Vereador Pedro Ferreira: ⁰⁶

“Muito boa noite. Cabe-me a mim transmitir algumas palavras sobre o orçamento par a2009. Em termos de despesa, desagregando em termos de classificação económica, nas Grandes Opções do Plano nós temos o valor de 88 milhões 733 mil euros, dos quais fazem parte os planos plurianuais e actividades mais relevantes. Deste 33,9 milhões são para projectos efectivamente para 2009. Dos quais, realço a transferência para as empresas municipais neles incluindo os serviços municipalizados, a CIRA, e as Juntas de freguesia no valor de 39%. Para

transportes e rodovias 16,2%, para indústria e energia 9%, para o ensino 6,8 %, e para a cultura 4,9%. Por outro lado, em termos de orçamento funcional, temos o que se poderia referir como as despesas para funcionamento da Câmara 84%.

Isto tudo perfaz o valor dos 172 milhões e 800 mil euros, dos quais 91 milhões são despesas correntes e 81 milhões e 800 mil são despesas de capital. Em termos de receita temos um valor de 92 milhões e 600 mil euros de receitas correntes e de 88 milhões de 200 mil euros de receitas de capital. Como se pode confirmar temos então o respeito pela regra orçamental de que as despesas correntes são inferiores às receitas correntes.

Quanto aos serviços municipalizados, que também está em discussão, transmitimos que os valores das receitas e as receitas correntes assim como as receitas de capital e as despesas de capital são similares. E portanto no diz respeito às receitas/receitas correntes 21 milhões 384 mil euros e receitas /recitas de capital temos 3 milhões 997 mil euros o que perfaz um total de 25 milhões 381 mil euros.

Em termos aos pelouros que me estão afectos, na educação realce para a educação que em 2009 temos a perspectiva de avançarmos com a construção ou recuperação de oito centros educativos, o equipamento de dez bibliotecas escolares, um conceito inovador de feira da educação, o continuo apoio à acção social escolar e actividades de enriquecimento curricular e acção escolar feita pelos agrupamentos e à continua implementação da gestão escolar que começado em 2008.

Quanto à CIRA gostava de destacar duas áreas. A rede urbana para a competitividade e inovação, destaque para o edifício da CERCIIV, e no âmbito da contratualização para o parque ambiental de Aveiro e para os corredores ecológicos. Na área da juventude, para a semana da juventude em 2009, e finalmente o portal da juventude aveirense. Quanto às relações internacionais o que está proposto é um seminário com as cidades irmãs e a continuação da “japanet” que é uma rede com as cidades irmãs japonesas. Muito Obrigado.”

Vice-Presidente: ⁹⁷

“Nas áreas que mais propriamente me dizem respeito, eu gostaria de salientar nesta Opções do Plano de 2009 as verbas destinadas à beneficiação de arruamentos e qualificação urbana e infra-estruturação do concelho. São valores muito importantes que constam. Destaco ainda os valores inscritos na delegação de competências às juntas de freguesia, considero também importantes as verbas previstas para o concurso à beneficiação de passeios e de recuperação de espaços verdes — estes aspectos considero-os muito importantes.

Em relação aos serviços municipalizados de Aveiro, o plano plurianual de investimentos consagra a determinação dos serviços em prosseguir com o compromisso da melhoria da qualidade dos serviços aos munícipes nas suas três áreas de actividade: o abastecimento de água, a drenagem de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos. Um dos factores que mais contribuiu para o desempenho da actividade são as condições de trabalho. Os serviços como é sabido iniciaram em 2008 a construção do seu edifício da sua nova sede. Prevê-se a conclusão e entrada ao serviço no primeiro semestre de este ano. Este novo edifício possibilitará um melhor atendimento aos cidadãos. Ainda no que se refere às melhorias de atendimento é sabido que no GAI funciona um gabinete dos serviços municipalizados para atender também os munícipes e evitar deslocações aos serviços municipalizados.

Quanto à situação económica ou financeira o orçamento visa assegurar a sustentabilidade. As receitas são essencialmente geradas em tarifas que têm por base a eficiência económica, a recuperação de custos e a equidade. A transferência dos RSU da Câmara para os SMA causou um ligeiro equilíbrio nas contas. Mas com o implante de medidas de racionalização de meios pretende-se o equilíbrio nos próximos três anos mantendo a qualidade do serviço prestado. Os SMAS como entidade de referência no concelho de Aveiro continua a desenvolver a participação em associações regionais e nacionais que contribuam para o desenvolvimento

social e económico do nosso concelho. Em conclusão este Plano Plurianual de Desenvolvimento dos SMAS para 2009/2012, está orientado fundamentalmente os clientes municipais do nosso concelho, mas considera os impactos ambientais e de valor para o nosso município. Muito obrigado.”

Vereador Miguel Capão Filipe: ⁰⁸

“Boa noite senhora Presidente. Complementando a intervenção do senhor Presidente dizer que na área da Saúde uma relevância para os contratos programa para as extensões de saúde de Cacia, Esgueira e São Bernardo e que fará uma vez concretizado uma rede de excelência no que aos cuidados de saúde diz respeito. Continuaremos a executar o projecto municipal Aveiro Saudável, integrado na rede portuguesa de cidades saudáveis. É um projecto estratégico que integrará todas as actividades nesta área e que uma vez elaborado o perfil de saúde do município levará a um plano de desenvolvimento de saúde, continuando o trabalho de parceria com o centro de saúde de Aveiro e a região de saúde de Aveiro e a escola superior de saúde da universidade de Aveiro.

No que diz respeito à acção social continuaremos a desempenhar a rede social de Aveiro. Uma referencia particular em 2009 para a actualização do diagnóstico social. Também continuaremos com o projecto Ria, rede de intervenção de Aveiro, a assegurar a comissão de protecção de menores de Aveiro com uma actividade relevante com o trabalho de equipa com as diferentes entidades que a constituem. Teremos também oficialmente implementado o banco de voluntariado de Aveiro, em que teremos envolvidas as diferentes entidades que promovam actividades ou projectos de voluntariado e os cidadãos em geral, tendo como principal objectivo a promoção do voluntariado. Instalaremos também a projecto Aveiro cidade amiga das crianças, trata-se de uma iniciativa que visa a colaboração entre a administração central e local no que diz respeito à participação das crianças e o seu envolvimento activo.

Teremos um mês a valorizar as famílias. A unidade celular fundamental do desenvolvimento das comunidades, portanto o mês das famílias. Como teremos também na áreas social e como referido pelo senhor presidente, ao apoio financeiro das IPSS da rede social do município, na comparticipação de despesas na construção e adaptação de obras iniciadas no âmbito de candidaturas aprovadas. No que a realização de protocolos é essencial e não só.

No que diz respeito à habitação social continuaremos a colocar como espinha dorsal da habitação social um programa integral da valorização dos bairros. Que integrará entre outros projectos Integrar para Habitar, Crescer, Reviver, Viver com Sabedoria, Info-emprego e dinamização de administrações de condomínio. Implementaremos também em 2009 o projecto Casa Amiga, com o realojamento através de reparações e adaptações sanitárias entre outras reparações de telhados, portas ou janelas – pretendendo-se assim melhorar as condições habitacionais de baixos recursos. Também importante as Gop das verbas para IPGM e DSU, verbas para recuperação de habitações unifamiliares que mais em risco estão em termos de dignidade habitacional.

Em relação ao ambiente uma referência para o cumprimento da área espaço natural na estratégia do plano de ambiente e de desenvolvimento sustentável. E como também já aqui foi referido a continuação de corredores ecológicos e conservação de linhas de água. Designadamente com a criação de caminho pedonais interpretativos, pistas cicláveis. A criação do Centro de Monitorização SMIA, que fará uma dupla função porque se trata do centro interpretativo da marinha da troncalhada, e que se fundirá no conceito do Museu da cidade. Isto é, será mais um equipamento com a sede do museu da cidade. O Museu Arte Nova, O museu Etnográfico de Requeixo, o edifício do SMIA será mais um equipamento de rede e servirá não como centro interpretativo do Ecomuseu, como também em termos da sensibilização ambiental. Continuaremos com uma agenda de projectos no âmbito ambiental, como sejam a Agenda 21 escolar, Aveiro Cidade Verde, Fórum Infantil Juvenil da Terra, etc. Continuaremos também a promoção do programa de Hortas Urbanas, reafirmação e

consolidação da Bandeira Azul Praia de São Jacinto. No capítulo da área de energia e das boas práticas na área energética, teremos intervenção nas medidas correctivas de eficiência energética e implementação de boas práticas designadamente nos edifícios municipais, bem como o início da carta de iluminação pública e dando por concluído a carta de ruído do município de Aveiro.

No pelouro cultural, como também já aqui foi referido, terá uma missão importante, que corresponderá ao respectivo orçamento. Trata-se das comemorações dos 250 anos de Aveiro a cidade e os 1050 anos da primeira referência escrita com o nome Aveiro. O programa já tem sítio na net próprio. Apenas de referir três eventos que decorreram dentro do ano de 2009. Concretamente a 26 de Janeiro, pelos 1050 anos de referencia ao nome de Aveiro. 11 de Abril, a data em que D. José I outorga através de Carta Régia a elevação da vila a Cidade de Aveiro. E o fim-de-semana de 12 de Maio em que as festas do município que por razões obvias serão um fim-de-semana do culminar em termos de festa de proximidade, de festa de rua. E os bicentenários dos nascimentos de Mendes Leite e de José Estêvão. De referir que a verba para as actividades de Aveiro 250 anos encontra-se dispersa também por outras rubricas porque muitas delas são de actividade normal, mas a quem é feito um esforço dentro das instituições da governação local ou fora da governação local, para a contextualização no programa oficial das mesmas comemorações. De referir por exemplo que nas Gops afectas museus e património, temos duas actividades relevantes: uma a abertura do Museu de Arte Nova de Aveiro e outra a abertura permanente do museu da cidade. Também será um ano da bienal da cerâmica artística, como sabemos uma das mais relevantes a nível nacional e importante a nível internacional. Continuaremos a apoiar diferentes instituições culturais.

Por último no que diz respeito ao trânsito e mobilidade uma especial referência à carta europeia de segurança rodoviária em que proporemos a medida de aplicação e prevenção rodoviária no município de Aveiro, a implementação das diferentes acções do life cycle, um programa do viver a bicicleta e a promoção do uso da bicicleta como meio de mobilidade. A monitorização de fluxos rodoviários cujos equipamentos já estão em curso, e a continuidade do estudo de mobilidade com propostas e medidas acerca desse mesmo plano de mobilidade e estudos referentes a diferentes capítulos do plano de mobilidade como a requalificação da linha do Vouga ou os estudos do metro ligeiro de superfície entre outros. Muito Obrigado”.

Vereador Caetano Alves: ⁹⁹

“Senhora Presidente, Senhores deputados, eu tenho um orçamento mais funcional e das poucas coisas que tenho para comunicar espero que elas tenham muita relevância. Diria que do ponto de vista da administração da Câmara nós vamos continuar a investir na modernização dos serviços e naturalmente num front-office simpático, com soluções para as pessoas num mais curto espaço de tempo se possível e respostas úteis e eficazes. Vamos também continuar a investir na certificação da qualidade dos nossos serviços. Tudo isto obviamente com um impacto muito grande na forma como interpretamos aquilo que os nossos munícipes querem. E depois desta interpretação e corresponder às suas expectativas. No que diz respeito à informática temos um orçamento um bocadinho mais interessante e para além do hardware que vamos continuar a substituir vamos ter um novo sistema de ponto, vamos ter a nossa “MANA” a funcionar. A MANA é um circuito de fibra óptica e de Wifi que irá ligar os três edifícios de forma a que todos nós tenhamos mais velocidade de acesso e melhores comunicações. Estamos a investir na cartografia digital que é um investimento que vem sendo adiado de ano para ano mas que cada vez temos mais necessidade – embora seja um investimento de 350 mil euros, é um investimento relevante da forma como trabalhamos digitalmente as margens de erros são maiores e portanto é fundamental fazer este investimento. Outro projecto que temos interessante a que chamamos o IUGA (Internet de utilização gratuita de Aveiro) esperamos ter o seu funcionamento a 100 % em 2009. Teremos um investimento no Centro Cultural e de Congressos na adaptação das salas para

complementaridade dos auditórios municipais. Teremos a continuação em termos de desenvolvimento económico, especificamente do Aveiro empreendedor, para empresários em início de carreira e desenvolvimento das nossas zonas industriais. Esperámos este ano lançar o nosso plano estratégico e continuaremos naturalmente da promoção da cidade e do concelho de Aveiro assim como da região de Aveiro como centro e pólo de atracção turístico.

No que diz respeito ao desporto manteremos os mesmo contratos programa com a mesma verba que tivemos em 2008, com uma grande expectativa de que vamos pagar a tempo e horas aos clubes. Temos o projecto do lançamento do Centro de Alto Rendimento de Surf. Teremos mais um mini campo relvado sintético, e um conjunto de eventos que se cruzam entre a actividade desportiva e naturalmente a atracção das pessoas que praticam um conjunto de modalidades e que começamos a ter já notoriedade a nível nacional. Caso da Volta a Portugal em que este ano teremos uma chegada e não uma partida que tem um pouco mais euforia e de espectáculo. Manteremos a corrida cidade de Aveiro. O campeonato de Triatlo este ano sendo uma das três provas principais a nível nacional. Continuará o nosso programa de desenvolvimento do xadrez. O projecto Feliz Idade e teremos a segunda edição da Gala do campeões. São estas as grandes linhas das Gops. Muito obrigado”.

(Entretanto entraram na sala os Vogais Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, António Manuel Carvalho Serra Granjeia, Mário Manuel Borges Pereira Pinto e João António Fernandes Pedroso.)

Após a intervenção do executivo, a Presidente da Mesa ⁰¹⁰, nos termos regimentais, concedeu a palavra aos seguintes membros da Assembleia:

Membros da Assembleia

Vogal José Costa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: ⁰¹¹

“Ex.ma Senhora Presidente, Senhores deputados, Ex.ma Câmara. O Senhor Presidente da Câmara quis dizer que em termos de verbas orçamentais houve uma perda do poder democrático, face à tecnocracia. Em termos da informação deste ano, penso que perdeu a democracia e perdeu a tecnocracia — quando a tecnocracia dependia na totalidade da vontade do executivo.

Digo isto porquê? Por que realmente a informação perdeu qualidade em termos da informação. Em termos da informação numérica e de verbas não houve no fundo alterações, mas em termos da importância das verbas alocadas e da sua explicação retrocedeu-se não apenas na apresentação (nem sequer tivemos direito a powerpoint este ano e o vereador Pedro Ferreira era bastante claro com a sua apresentação), talvez propositadamente para brilhar de outra forma.

Com efeito, em termos de informação, nós temos aqui um conjunto de por exemplo a nível das receitas correntes, há uma rubrica que representa 60% das receitas correntes (rubrica rendas)! De que é que ela é composta? Temos que adivinhar. Penso que teria sido fácil ter elaborado um quadro para explicar isto. O mesmo se diga relativamente aos investimentos. Portanto em termos de aquisições de terrenos e de edifícios também teria sido fácil elaborar uma ficha de cada um. Sabermos quais eram os terrenos a adquirir, qual a sua dimensão, qual o seu valor, portanto para facilitar a vida a esta Assembleia. Portanto isso também não foi possível.

Por outro lado, vem aqui terrenos em Requeixo! Leva-me a supor que se trata dos famosos terrenos que foram retirados numa Assembleia que aqui decorreu, são esses?

Diz o Senhor Presidente que fica com pouco espaço para decidir. É verdade os 19,7 milhões são apenas 11% do orçamento. Se associarmos a isso as verbas do pelouro do Senhor Vice-

presidente, então é que fica ainda muito menos para os outros pelouros decidirem. Porque só em arruamentos e viadutos vão os 19 milhões!? Enfim, é a realidade.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: [012](#)

“A discussão das GOPs, está ligada com a comunicação, e tem a ver com o passivo. No entanto e por isso mesmo este orçamento (e que penso disse na reunião que tive com o Senhor Vereador Pedro Ferreira) é mais do mesmo. Lembro-me que já disse isso no ano passado. Isto é a constatação de um facto. Continua-se a cair no mesmo erro e aplicando os mesmos modos de fazer que vão cada vez mais continuar a aumentar a dívida.

Se as despesas que estão incluídas nas GOPs são de determinado montante tem de se encontrar receita para se estabelecer equilíbrio orçamental. Isto é óbvio. Acontece que as receitas que estão inscritas para além de falaciosas são inatingíveis. Se no ano passado o tempo já era de crise, hoje ainda pior. Portanto, condições para vender património não existem, só se for para desbaratar, mas se assim for não dá para arrecadar os montantes inscritos que são, imaginem 31 milhões! Segundo, como já aqui foi dito, não se sabe donde provém a receita designada como “rendas” de 56,5 milhões! Terceiro, continuamos a verificar que as receitas do município rondam entre os 45 e os 50 milhões ano. Este sim é um dado fundamentado nos resultados que o exercício tem dado. Aliás, como tem dado a certeza da impossibilidade de extrapolar em demasia este valor.

Por outro lado continua a teimar-se em que tudo o que é apresentado nas GOPs não significa que seja feito! Ideia enganadora e que por si só transmite o descrédito em que a governação municipal está a cair perante os munícipes. O que se apresenta hoje no Plano já é a contar com um baixíssimo grau de execução. Mas pior é que esse grau de execução baixa de ano para ano. Esta situação enganadora surge porque se elaboram GOPs e Orçamento partindo de pressupostos errados em que se quer dar ideia de forte vontade de fazer contando que o cidadão esqueça a promessa feita. Se não vejamos: sabemos que a receita normal do município de Aveiro é entre os 45 e os 50 milhões. E os senhores vogais desta assembleia sabem, porque com certeza gerem o orçamento da sua casa, que não se pode gastar mais do que é o seu rendimento normal. Assim sendo, se houver um rendimento de mil por mês sabe-se perfeitamente que não se pode gastar mais que mil e quinhentos euros. Isto é economia de merceeiro mas é a economia mais real e mais verdadeira que existe. Por aqui se prova o engano destas Gops. É que sendo conhecida a receita dual deve-se fazer um orçamento que reduza a despesa nas Gops que não ultrapasse muito a receita dando alguma margens para a ambição como é óbvio. Partindo do princípio de umas Gops de verdade, para serem executadas na sua maioria, o total orçamentado deveria rondar os 70 milhões. Total das receitas usuais mais a tal margem.

Efectivamente, a maneira como se tem gerido este município originou toda esta situação que quase faz antever um boneco de neve na dívida. Os compromissos são tão elevados que geram despesa de tal modo, que poderá originar situações de rupturas financeiras no futuro. É o que iremos ter com o compromisso deste no crédito. Sendo de primordial importância para se pagar a quem se deve, e que não se tenha acautelado soluções para se encontrar receita para o temendo encargo que acarreta após o período de carência daqui a três anos. O caminho que este executivo está a trilhar nas finanças locais poderão descambar na necessidade de a curto prazo se ter de entrar num programa de saneamento financeiro tão rigoroso quanto limitativo do desenvolvimento local. E é muito mau, porque ver aumentar dívida sem se saber onde se gastou esse dinheiro não é boa política.

Por tudo isto o PCP não pode estar de acordo com estas Gops e com este Orçamento. Obrigado.”

Vogal Sérgio Loureiro (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: ⁰¹³

“Muito obrigado Senhora Presidente. Estive atento à apresentação deste ponto pelo Senhor Presidente Élio Maia. De facto, aquilo que se viu é que existe um plano ambicioso para o município. Há uma preparação cuidada a meu ver na elaboração do documento referente às Gops.

Relativo a alguns pontos que eu considero fundamentais e que valorizam também o trabalho desta Câmara mas acima de tudo e isso é que é principal o concelho de Aveiro, nomeadamente o sonho de ver dado ao Taboeira as condições dignas porque merece. Por que de facto merece no trabalho que tem feito na formação de jovens atletas mas também nos jovens. Retive também a vontade que esta Câmara tem de que o Beira-Mar cumpra o protocolo entretanto estabelecido e já ratificado em assembleia-geral do clube. Há também inúmeras celebrações históricas em 2009, e eu julgo que o município está há altura dessas comemorações que são de facto variadíssimas e muitas e também saúdo esta Câmara por finalmente organizar uma chegada da etapa da volta a Portugal em bicicleta em detrimento de uma partida. Porque de facto como diz o senhor Vereador é de facto muito mais espectacular uma chegada da volta do que uma partida.

De facto este elencar dos sonhos como o Dr. Élio Maia denominou, se forem tornados realidade, e eu estou convencido que sejam tornados realidades, enriquecem de facto a nossa história colectiva aveirense. É só muito obrigado.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: ⁰¹⁴

“Obrigado Senhora Presidente. Senhor Presidente da Câmara, na passada assembleia referi que o executivo é de facto constituído por bons homens. V. Exa. hoje deu aqui i exemplo de facto de bom homem que é. Disse-nos claramente que este documento não espelha opção política. Nunca disse verdade tão séria — porque V. Exa. não tem opção política.

Já aqui foi dito, porque também na economia como na vida o algodão não engana. Não é possível fazer dinheiro onde não há dinheiro. Isto acaba por ser de facto um rosário de imensas intenções para cumprir o que a legislação determina em relação aos itens. Na certeza porém, não segue o pensamento do ex-líder do partido que V. Exa. segue. Que diz que é necessário falar às pessoas com verdade. Não se trata de hoje aqui estarmos a falar verdade. Estamos a falar de facto de uma ilusão clara. V. Exa que tantos criticam, não sei como o seguem tão pressurosamente.

É isto que nos faz espantar. Epistemologicamente, na política, na prática, o discurso não condiz com o discurso. Quer-se dizer, V. Exas deveriam experimentar mais. Deveriam de ouvir mais experientes. Eu tenho apenas e só que referir que todas estas Opções, que mais corresponderiam a um plano quinquenal, que para este orçamento e plano que nos é apresentado, que nos deixa perplexos. Daquilo que me cumpre eu gostaria imenso de o poder acompanhar. Mas apenas o acompanho com uma bem-aventurança: perdoa-lhes Senhor! Só a vocês passaria pela cabeça anunciar tamanho elenco de obras para realizar com uma mão cheia de nada.

E disto também, para questionar o senhor vereador e meu colega Capão Filipe, relativamente a uma tarefa essencial que não custa muito dinheiro, mas de tantos estudos que na sua área vai promovendo, e sobre o diagnóstico social que já tem em mão segundo referiu, o que nós pretendemos saber é o que vai fazer com ele? Para que é que lhe serve? Por que tudo o resto senhor vereador Capão Filipe, também nos deixa com uma mão cheia de nada! E de boas intenções o inferno não está devoluto.

Quero aqui apreciar o discurso e a sensatez do vereador Caetano Alves, que me parece de facto ser o único homem bom deste executivo. É o único que tem apresentado alguns motivos que alimentam a esperança de que neste executivo alguém poderá ainda fazer alguma coisa. A

questão que lhe levanto, porque é extremamente importante dar uma imagem de administração pública central e local. Nós precisamos de facto que a nossa estrutura autarquia adquira eficácia e eficiência. Em múltiplos meios e com a necessária gestão desses recursos a pergunta essencial que se coloca é. Qual o impacto que tudo vai fazer e repercutir ao nível do in contract e out contract. O que é que isto vai ter sobre o emprego no município e na municipalidade. Porquê? Porque muito naturalmente com o recurso há agilização a todo este mecanismo de intranet, com a circulação de informação, vai naturalmente de prescindir de alguns colaboradores. O que é que isto poderá vir a representar e que formas tem a Câmara para suprir esses efeitos? Disse.”

Vogal Manuel António Coimbra (PSD) ⁰¹⁵

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰¹⁶

Vogal Florentino Marques (PSD) ⁰¹⁷ - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta:

“Muito Obrigado, Senhora Presidente. Saudações a todos. Em primeiro para saudar a atitude séria do executivo municipal. Não tem nada ver com atitudes tipo “os juros descem por nossa causa” como fazem chefes de outros executivos. Eu não vou entrar em detalhes técnicos — porque é uma guerra minha e só minha. O relvado sintético: para quando é que é previsível?

Bom, mas passando a outras guerras. Eu chamo a atenção para este orçamento de algumas rubricas que não têm a atenção que merecem e que eu acho que devem ter amplo destaque, até porque a maior parte das vezes são muito importantes para os munícipes, mas os munícipes não sabem deles. Primeiro que tudo, bombeiros. Os Bombeiros têm tido muitos apoios. Provavelmente não serão os apoios que se pretendia ou que mereceriam. Mas entre terrenos e entre protocolos há aqui milhões de euros e as pessoas não sabem disso. É um esforço muito grande dos munícipes.

Bom, apoio social. Num ano que se prevê como o pior das nossas vidas em termos socio-económicos, a atenção às pessoas, o ser solidário, é uma atitude desejável. E o poder político deve ser, e este executivo vai demonstrá-lo, ser o primeiro a ter esse reflexo na atitude.

E por falar em ser solidário, as verbas a investir na freguesia em São Jacinto são provavelmente as mais elevadas per capita ao nível de freguesias. A adicionar a esta situação, as verbas para combater o relativo isolamento territorial são várias vezes mais do que aquilo que é dispendido para outras freguesias. Isto é chamar as pessoas que estão fisicamente longe para o município. São aveirenses que todos nós fazemos questão de sentir como sendo próximos da sede de concelho. Bom, se isto não é ser solidário... não sei o que será. Muito obrigado”

Vogal Vítor Martins (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: ⁰¹⁸

“Eu só queria reforçar a importância, o Sr. Presidente falou de algumas obras, obras essas que são para o concelho, mas algumas delas tocam à Freguesia de S.ta Joana e por isso mais uma vez, reforçar a importância do Eixo Estruturante; a comunidade de S.ta Joana é a favor desse Eixo, - não com o perfil conforme na ultima reunião foi dito, não em perfil de auto-estrada, nem com o rebaixamento que os estudos da empresa Estradas de Portugal nos apresentou.

Também, no fundo, desejar também conforme o Sr. Presidente disse, a construção da Avenida de S.ta Joana, pois são duas vias que vêm estruturar não só a freguesia de S.ta Joana, mas todo o corredor central da cidade de Aveiro.”

Vogal Firmino Marques (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: [019](#)

Obrigado Senhora Presidente. Boa-noite Senhor Presidente da Câmara, restante executivo, boa-noite caros companheiros, colegas. Eu ouvi com muita atenção cada um dos intervenientes desta Assembleia, mas particularmente aquilo que o executivo nos quis transmitir — e por isso não deixo de dizer que é impressionante o conjunto de actividades que o executivo deseja levar a cabo. O Senhor Presidente chamou-lhes “sonhos”. Mas todos nós sabemos que sem sonhos as obras não se fazem. Portanto acredito sinceramente que mesmo com os poucos recursos financeiros a obra avançará.

Mas pedi a palavra essencialmente para manifestar a satisfação pelo facto de ter referido que finalmente a obra da estrada N230/1 vai avançar. Que inúmeras ruas vão sofrer intervenções melhorando substancialmente a qualidade de vida de todos os aveirenses. Sem querer monopolizar nada. De espécie alguma, até porque o que é bom para os cidadãos da Freguesia de Oliveirinha será bom para os cidadãos de todas as freguesias. Queria que tivessem em particular atenção a nossa rede viária. Em tempo de crise, em que a insatisfação e a revolta é cada vez maior tanto nos adultos, mas particularmente nos jovens, queria também pedir a este executivo que reforçasse, que fizesse tudo o que está ao seu alcance, para apoiar nomeadamente as Associações que são partes componentes importantíssimas na ocupação dos tempos livres também desses jovens. E também nos clubes desportivos, nomeadamente aqueles que têm uma componente de formação. Formação não apenas e meramente desportiva, mas sobretudo numa formação humana de pessoas cada vez mais capazes e com aberturas para também elas ajudarem a estes momentos. Não sendo possível realizar tudo o que desejávamos, queria também pedir que estabeleçam prioridades, sejam criteriosos nas prioridades, e era tudo.

Quero apenas desejar a todos, mas em particular a este executivo, um excelente ano de trabalho porque se for um vosso bom ano de trabalho, certamente será bom para todos os aveirenses.”

Vogal Raúl Martins (PS) [020](#)

Vogal António Granjeia (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: [021](#)

“Deve ter sido de propósito, tenho que falar a seguir ao Raúl, mas como é para ele, também pode ouvir.

Primeiro que tudo um bom ano a todos sem excepção. E eu gostava de (eu tenho alguma mágoa daquilo que vou dizer, peço-vos desculpa, mas é isso mesmo) comparar as intervenções desta altura com aquelas que havia no tempo do Dr. Alberto Souto e quando se discutia os Orçamentos do Alberto Souto. E também tenho que comparar um problema que me recorde bem (era dramático), era uma dívida de setecentos mil euros, era assim uma coisita pequena no tempo do nosso Vice-presidente da Assembleia — e pasmem-se que perdeu as eleições porque tinha uma dívida insustentável!? Agora temos que falar numa dívida de milhões!

Eu por acaso acertei. Acertei mais do que as auditorias, lembram-se disso? Mas pronto, comparando com o tempo do Dr. Alberto Souto a situação não piorou.

Eu folgo porque não vi hoje os costumes dizeres das somas que nós descobríamos sistematicamente nos Orçamentos. Não encontro aqui os erros de somas que sistematicamente descobríamos nos Orçamentos — que eram uma desgraça. E depois tinham que ir para trás e corrigir não sei quê.

Camarada Raúl, faça um apelo à sua memória e lembrar-se-á disso, mas isso também é pouco relevante.

Também gostava de ver o PCP, lembra-me de saber que não era tão crítico! Hoje é mais e se calhar fica-lhe melhor, do que o PS, que era demasiado brando — tirando naturalmente o

Raúl Martins que era quem mais reclamava de facto, a isso tiro-lhe o chapéu, na altura o PS era muito brando.

Mas eu queria dizer aqui alguma coisa sobre os Orçamentos e é isso que realmente interessa. Para mim um Orçamento deve ser uma previsão da realidade baseada em factos. E os factos são a execução orçamental em vigor, não é outra. As dívidas contraídas que se tem que pagar e as obras em curso e que estão em curso e as previsões de as acabar. Isto é que nós devemos ter em conta para fazer um Orçamento.

No campo das previsões o Orçamento na minha opinião devia antever uma receita e a vontade de fazer a obra. Ou seja, fazer coisas (é aqui que entra a vontade política de fazer mais e de fazer melhor). Mas também manda a cautela e eu acho que acima de tudo o bom-senso, que apenas se pode orçamentar ou se deve orçamentar aquilo que é possível fazer.

Eu sei senhor vereador, que tem que pôr lá muitas coisas por imposição legal. Já conheço essa história há muito tempo. Mas eu continuo sem compreender e nunca compreendi isto honestamente: porque é que não se apresenta um Orçamento como este e depois se expurga aquilo que são as receitas inventadas? E no fundo se tira isso e se põe uma escala de prioridades naquilo que vamos fazer. Porque, obviamente, é possível fazer isso, mas para mim isto também é como diz o Regala: “isto são contas de somar e de merceeiro”, não é muito complicado.

O que eu acho que de facto ficava bem era termos um exercício de verdade. Eu uma vez pedi isto e ninguém me ouviu. E volto a pedir porque acho que isto é importante porque esse exercício de verdade evitava perguntas de qualquer munícipe e de qualquer membro desta Assembleia a perguntar por que é que não vamos alcatroar a estrada x, se é este ano, ou se é este ano que vamos fazer o campo w ou se é este ano que vamos fazer não sei o quê, evitava-se. É que estamos a falar duma diferença neste Orçamento de noventa milhões de euros!?

A diferença que eu estou a falar é de noventa milhões e corrijam-me se eu estiver errado. Mas a receita corrente e a de capital é noventa e dois mais oitenta a despesa (é mais ou menos a mesma coisa) e a execução em receita, mesmo corrigida, e pensando nós que vai ser conseguida cumprir, será de setenta, setenta e cinco milhões. Portanto esta é a realidade. E é por isso que eu não percebo estas contas.

Eu acho que devíamos fazer um exercício de dizer aquilo que é possível realmente fazer, porque nós sabemos que há muitas coisas que a gente tem que lá pôr só para ter que dizer que sim, porque é preciso cabimentar verbas. E acho que era um exercício de verdade dizer isto ao povo — e é para isso que nós cá estamos.

Resumindo Senhor Presidente, eu gostei de ouvir as suas expectativas. Gostei e as ideias são boas e não lhe faltam com certeza. Mas eu também gostava de saber aquilo que não vai conseguir fazer. Porque isso é que é uma opção política, é saber aquilo que não vai conseguir fazer e porque é que não vai conseguir fazer. E é tudo.”

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰²²

Vogal António Granjeira (CDS/PP) ⁰²³

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: ⁰²⁴

“Bem este Orçamento ao contrário do que muitas pessoas já por aqui disseram, dita e promove o empobrecimento dos aveirenses. Antes de mais, devo dizer a minha concordância com a frase do Élio Maia de que a Acção Social actua em Aveiro de uma forma muito discreta! Pudera, com 1,14 % de verbas atribuídas, contra os 14,6% para o desporto recreio e lazer, de certeza que a Acção Social é bastante discreta.

E em tempo de crise este Orçamento tem as mesmas prioridades que em qualquer outro Orçamento passado, deste executivo. Para mais, a Acção Social que a Câmara paga, não é Acção Social própria, é apenas subsidiada, criando praticamente um nicho de mercado de

pobreza e não uma Acção Social própria. Mas a questão mais relevante é que este é o Orçamento do empobrecimento dos aveirenses.

É por causa das opções económicas que estão aqui contempladas e em outros documentos da Câmara Municipal de Aveiro. Em primeiro porque a parceria pública/privada que envolve o estacionamento e as escolas vai provocar mais um buraco de trinta milhões de euros nas contas da própria autarquia. Que é a diferença entre aquilo que custaria se concorressem ao QREN e aquilo que vai pagar. Portanto, se criarmos aqui mais trinta milhões de gastos pela Câmara, certamente que todos nós teremos que entrar com esse dinheiro.

Em segundo e esta opção económica não faz parte do Orçamento mas julgo que a devo referir. Prepara-se a concessão a privados da Moveaveiro. A coisa já foi preparada. Pôs-se a empresa a definhar e com um conflito laboral para que os trabalhadores não tivessem tantos direitos quanto poderiam ter e tornar mais fácil privatizar. E então, quando for concessionada, nós enquanto Câmara Municipal (e logo os nossos impostos) vamos pagar uma renda, uma renda mensal à empresa que explore a futura Moveaveiro, que actualmente é nossa. Em cima desta renda que pagaremos, pagaremos também o aumento dos preços dos transportes (como já agora também estão a preparar o terreno), que estão acima da inflação. Portanto, isto que é os transportes públicos que são hoje um serviço público, passa de uma necessidade básica para um negócio.

Mas isto não se fica por aqui. Chegamos à questão que eu acho mais grave neste Orçamento e que estranho ser praticamente o único a saber isto (pelo menos até ao momento), porque não está escrito de facto, o que é que são os cinquenta e cinco milhões de euros de rendas?

Mas na reunião que o Bloco de Esquerda teve com o vereador Pedro Ferreira, foi-nos dito taxativamente e sem qualquer margem para dúvidas, que esta verba de cinquenta e seis milhões de euros de rendas correspondia à concessão a privados dos SMA (água e saneamento). Portanto este Orçamento consagra a privatização da água e do saneamento. A água é fácil de ver é um monopólio natural. Portanto, a partir do momento em que a Câmara Municipal considera que há uma legítima apropriação desse recurso natural, que ninguém produziu, e que há direitos a serem pagos pela simples apropriação!? Pior, a água é um recurso limitado e não produzível. Portanto só o facto de nós constituirmos posse sobre este recurso torna essa mesma posse injusta e injustificada, porquê? Porque a posse por si só, constitui vantagem competitiva, uma vez que limita o recurso para a concorrência. Ou seja, eu se detenho este monopólio a concorrência não pode ter, só eu. É um negócio brilhante porque mais ninguém o pode ter a não ser eu. E depois a água passa por uma gestão privada e neste caso não se pode dizer que a gestão pública ou privada é melhor ou pior. Não é essa a questão. A questão é que são de natureza diferente.

Enquanto que a gestão pública consagra o serviço público e a sua qualidade e consagra a preservação do recurso, numa gestão privada consagra o lucro que é completamente e naturalmente oposto aos dois princípios anteriormente citados.

Mas o mais extraordinário de tudo isto é que Portugal e Aveiro estão vinte ou trinta anos atrasados em relação ao resto do mundo. Nos Estados Unidos, neste momento, há coisas fantásticas que são movimentos populares pela renacionalização da água. Neste momento nos Estados Unidos e há uma reportagem extensiva do Financial Times que nos relata isto, neste momento nos Estados Unidos, porque o preço da água subiu bastante, porque a qualidade da água e do serviço decresceu, a população está a exigir nacionalização da água.

Em Paris vai haver uma reprivatização da água. Portanto o mundo está a caminhar neste sentido e Aveiro o que escolhe? Escolhe privatizar a água, exactamente o contrário. E mais uma vez isto dita o nosso empobrecimento. Primeiro, porque já pagamos o investimento; não há nenhum investimento a ser feito praticamente. O investimento grande, a rede, a parte de distribuição pública já foi feita, já o pagámos, e agora alguém vai explorar essa rede e vai-nos (como os exemplos todos em Portugal o demonstram) vai-nos cobrar mais. Portanto não só

pagámos o investimento, como agora pagamos pelo facto desse investimento ser apropriado por um privado — “É fantástico”!

E para mais, em termos políticos, deixa de consagrar um direito humano à água — para a água deixar de ser um direito e passar a ser uma necessidade, uma simples necessidade, uma simples mercadoria. Uma necessidade, mas que a Câmara transforma numa mercadoria a ser suprimida na esfera do mercado. Portanto temos que este Orçamento e as restantes escolhas económicas deste município ditam a concessão de serviços públicos. É portanto uma política de empobrecimento colectivo e individual porque a Câmara Municipal de Aveiro perde dinheiro e os cidadãos vão ter que pagar, para além do que já pagaram, vão ter que pagar mais. Vamos ter que pagar rendas, vamos ter que pagar preços mais altos, e não existe um fundo de controlo democrático sobre o interesse público. E esta é a minha segunda concordância com o Élio Maia, que diz: que neste Orçamento o poder democrático foi derrotado pela tecnocracia. É bem verdade. Porque quando nós deixamos de ter serviços públicos para a população, e a Câmara se demite de ter competências, passa apenas a pagar as facturas da água e pouco mais, e não tem nada a oferecer aos cidadãos — talvez decretar a moral e os bons costumes como já o tentaram fazer. Mas passamos a pagar impostos para quê? Apenas para formalizar uma instância democrática que não existe e que não serve o interesse da população? Portanto Élio Maia tem razão: este Orçamento de empobrecimento dos aveirenses é a vitória da tecnocracia. É a derrota do poder democrático porque a Câmara Municipal se demite das suas funções.

Portanto, podemos esperar para além de pagarmos mais, vamos esperar um pior serviço público que dita uma pior qualidade de vida. E para mais, estas concessões surgem num momento de crise económica. Em suma as necessidades da população e os seus direitos passam a ser negócios para os serviços públicos; passam a ser negócios de privados. Portanto este orçamento certamente potencia excelentes negócios e vai potenciar as excelentes fortunas e grandes fortunas para alguns, mas à custa do empobrecimento de todos nós.

E era esta a minha intervenção e já agora fazer uma referência a que um deputado municipal do PS disse que este Orçamento não ditava as escolhas políticas. Pelo contrário, este orçamento dita escolhas políticas muito fortes. Para o partido socialista certamente também são as mesmas escolhas a concessão e a perda dos serviços públicos, portanto já é a normalidade de ainda não notarem estas questões. Portanto, a questão que eu tinha mesmo é: será que só foi dito ao Bloco de Esquerda que estes cinquenta e cinco milhões de euros, referem-se à privatização da água e do saneamento? E quero declarar que o Bloco de Esquerda perante um Orçamento que dita o empobrecimento dos aveirenses só poderá votar contra.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) [025](#)

Vogal Raul Martins (PS) [026](#)

Vogal Nelson Peralta (BE) [027](#)

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) [028](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: [029](#)

“Senhora Presidente, eu não resisto depois desta trica, também referir que em bom rigor o meu camarada Manuel Alegre continua a ser camarada e será seguramente, estou certo, por muitos anos, até porque o PS tem uma perspectiva democrática sobre os seus militantes. Um partido bem diferente do que tem o partido comunista português e o bloco de esquerda, aliás o bloco de esquerda que se apresentava como sendo muito diferente do partido comunista português, tem tido a oportunidade de mostrar que é igual, perseguindo todos aqueles que pensam de maneira dissonante ou que pensam livre e, portanto, é isso que eu tenho a dizer

sobre o novo conceito da nova esquerda que está a tentar ser capitaneada pelo bloco de esquerda, quanto a mim mal.

Sobre o Orçamento em concreto. Ó Senhor Presidente, o senhor desta vez, há medida que os anos vão avançando e a sua experiência autárquica também vai, é verdade. Já aparece mais vezes, já nos brindou hoje com alguma intervenção e com alguma apresentação do que pretende ver para o nosso município, para a sua Câmara e para todos nós evidentemente. Mas fiquei triste com algumas coisas que devo dizer-lhe: primeiro também eu espero como o senhor Presidente, que este ano seja o ano da ligação ferroviária; que este ano seja o ano do eixo-estruturante; e que este ano seja o ano do Palácio de Justiça; e outras obras que mencionou. Mas isto são tudo obras do Governo Central, tudo obras promovidas pelo Governo Central!? Portanto é bom (e também ficaria bem essa pequena nota) até porque a Câmara ao que creio não gastará ou não estará previsto neste Orçamento qualquer euro para a ligação ao Porto de Aveiro. E portanto é preciso também que se diga. Depois porque finalmente percebi como é que o senhor cumpriu as promessas e este executivo cumpriu os tais 80% das propostas feitas ao eleitorado. Porque aqui já deu uma menção para depois aparecer daqui a um ano, se eventualmente aparecer, creio que não, mas poderá sê-lo, poder dizer do que disse, já se cumpriram uma série de coisas.

O senhor Presidente diz que espera, que tem esperança, que possamos aproveitar o QREN.

Sim senhor, eu também tenho. Portanto se aproveitarmos o QREN será uma esperança cumprida destas Opções do Plano; e tem esperança que se conclua o concurso de ideias para a Praça Melo Freitas, sim senhor não há-de ser difícil, em princípio o concurso deve terminar a uma determinada data e portanto vamos ter concluído o concurso de ideias da Praça Melo Freitas — mais um objectivo e um sonho concretizado para Aveiro pelo executivo Élio Maia!? Eu finalmente consegui perceber como é que o senhor conseguiu chegar à taxa dos 80%. É pondo alguns objectivos que, enfim, não passam disso, como que o Beira-mar passe a assumir a nova gestão... então isso não resulta do contrato que foi feito? Enfim! Mas para lhe falar mais a sério e falando-lhe sobre o que me parece decisivo e que não está nas Grandes Opções do Plano em concreto, passando não ao Orçamento, até porque não é a minha especialidade, na minha bancada tenho quem fale disso com mais galões, mas sobre as Grandes Opções do Plano, queria-lhe dizer o seguinte: num ano de crise financeira mundial, de perspectiva de um aumento da taxa de desemprego brutal (sem precedentes), que se aproxima uma crise social enorme que nós ainda não podemos avaliar na sua plenitude, esta Câmara prepara os seus grandes vectores dizendo que também tem isso em linha de conta? Aparece num dos três principais vectores, o que me deixaria esperançado no início da leitura, mas depois esfuma-se a intenção desse vector. O que falta a este Orçamento e que está realmente em falta é a assunção do vector social como um dos grandes vectores ou o principal vector — que era assim que deveria ter sido encarado e que na minha perspectiva este orçamento não tem. E que não tem manifestamente. As verbas que estão previstas para serem gastas com a acção social são bem diferentes das verbas (e como até já teve a oportunidade de sublinhar o deputado Nelson Peralta) 1,14% contra 14% que por exemplo são as verbas que vão ser gastas para desporto e lazer!? Portanto é esta a grande representação em termos orçamentais do que é o vector ou a preocupação deste actual executivo pelo vector social. E depois porque até poderia ter ganho embalagem e percebido que Aveiro realmente poderá passar algumas dificuldades e preparar a Câmara para isso. E preparar a Câmara em que medida? Concretamente até, bastaria olhar para um vizinho, também do seu partido, vizinho de capital de distrito, mais concretamente Viseu, que se prepara também com propostas de ataque e de combate ao que possa vir, nomeadamente cozinhas sociais, etc. — que são tudo medidas que podiam estar implementadas, previstas, já devidamente cabimentadas com verbas abertas, com capacidade de resposta da autarquia, porque não sabemos para o ano o que aí vem. E essa previsibilidade que a Câmara devia ter tido falhou em concreto quando provavelmente os

aveirenses precisarão mais dela. E essa é que é a grande questão e é a grande falha e a grande lacuna destas opções.

E mais lhe digo, também falou ai, para além deste grande vector que é uma falha na minha perspectiva incrível do Orçamento, falou também do hospital central que também deve ser um sonho que nós devemos acalantar e devemos acalantar já em 2009. Não vi, e aqui faço a pergunta sem falsa fé, porque andei à procura mas não encontrei e admito que possa estar, não vi cabimentada uma rubrica ou rubrica aberta para que se possa eventualmente, caso seja necessário gastar algum dinheiro com um estudo mais aprofundado ou contribuir para um estudo mais aprofundado? Não vi, admito que esteja, mas não vi. Portanto estou a fazer perguntas para que me elucidem sobre isso.

E depois o principal aspecto negativo, ou ainda mais um, que também acalenta o sonho para além do final do concurso de ideias para a Praça Melo Freitas, ainda acalenta o grande sonho para o município de que se concretize a parceria pública ou privada!? E eu pensava (talvez ingenuamente) que ainda de forma envergonhada, pelas palavras de que vi do vereador Pedro Ferreira na última reunião, que se tinha deixado cair a parceria pública ou privada.

Pensava que a Câmara tinha percebido finalmente as razões que o PS apresentara e procurado contornar, ainda que de forma envergonhada, abrindo alguns contratos de programa para concurso, mas bem longe do discurso inicial, que após proposta do PS na altura da discussão das parcerias públicas ou privadas, o PS propôs claramente que fosse retirada a parceria pública ou privada, recalculada mediante os contratos de programas que se poderiam abrir, e aí sim, viria cá novamente para ser aprovada pelo resto daquilo que não se conseguisse através dos contratos programa do QREN. Isto foi proposto muito claramente pelo PS e recusado pelo executivo. E recusado pela maioria que suporta o executivo da bancada do PSD e a bancada do CDS. E portanto, foi com alguma tristeza que vi que isso continua na sua agenda política, porque entendo, como entendia aquando da discussão que é um crime lesa Aveiro na minha perspectiva. Que não desbeneficia que tenha alguma esperança que o seu mandato termine agora em Setembro, e que os aveirenses não o renovem, como penso que vai acontecer, e portanto em consequência a parceria pública ou privada não tenha o desfecho que vossa excelência e o seu executivo pretende. É só.”

Vogal Manuel Prior (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: [030](#)

“Boa noite a todos. Da leitura das Grandes Opções do Plano e Orçamento, ficou-me na retina por ele ter de fazer parte por obrigação da lei 12/2008, o mapa de pessoal da Câmara Municipal. E ao consultar constatei que actualmente fazem parte dos quadros 683 funcionários. Gostava de fazer algumas perguntas ao Senhor Presidente. Primeiro se estes 683 funcionários são funcionários da Câmara ou do universo, ou seja da Câmara e das empresa municipais. Depois, saber se este número de funcionários é pouco ou é muito, gostava de o comparar. E gostava de saber se no início de mandato, porque os executivos quando tomam posse têm sempre a tendência para empregar várias pessoas, e tendo em conta isso, gostava que o senhor presidente me elucidasse qual era o número de funcionários que a Câmara tinha, se esse número aumentou, ou está na mesma? Gostava também que me desse os números em relação aos executivos anteriores do partido socialista, no primeiro mandato quantos funcionários tinha, no segundo mandato quantos teve, e quando saiu quantos funcionários tinha o município de Aveiro para poder comparar esses números. Obrigado.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) [031](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [032](#)

Vogal Miguel Soares Fernandes (CDS/PP) [033](#)

Vogal Joaquim Marques (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: ⁰³⁴

“Muito obrigado. Boa noite senhora Presidente, boa noite a todos. Então renovando os meus votos de um óptimo ano para todos os presentes e que ele seja muito mais profícuo do que o ano que agora findou, eu tinha preparado uma intervenção para hoje que continha qualquer coisa como dezasseis páginas A4 escritas à mão e eu tenho a letra bastante pequena por isso uso óculos. Mas depois de ouvir atentamente todas as intervenções ficou reduzida a uma única palavra e a palavra é: parabéns Senhor Presidente da Câmara Dr. Élio Maia. Parabéns por ter conseguido apresentar um Orçamento e as grandes opções do plano de tal forma, que eu não ouvi nenhum comentário da parte da oposição a este executivo, dizendo que estávamos perante um orçamento eleitoralista. Sabendo de antemão que até estamos num ano de eleições. É obra, é tamanha a obra, que eu não me recordo em momento algum, sobre qualquer égide de governação deste município que tal facto tenha ocorrido. Mais uma vez senhor Presidente parabéns e por aqui me fico. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰³⁵

Vogal Joaquim Marques (PSD) ⁰³⁶

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰³⁷

“Senhora Presidente, tentar esclarecer algumas questões que foram colocadas o melhor que souber. Senhora deputado José Costa a questão das rendas já foi transmitida. Trata-se dos Serviços Municipalizados de Aveiro — eu mais à frente irei elaborar sobre isso.

Quanto à lista de investimentos, terrenos. A nossa perspectiva é que os terrenos que sejam adquiridos, sejam presentes às instâncias terão que ir, nomeadamente à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, se assim for necessário.

Quanto ao terreno de Requeixo, esta é uma questão específica, ele transita do ano passado como ‘compromisso’ e portanto, teria que permanecer assim em termos de Grande Opção do Plano.

Quanto às questões das pontes e viadutos. O valor que está e que foi definido por este executivo para 2009, são cinco milhões, quatrocentos e noventa e três mil euros. O que significa que o restante será dívida e compromisso, que transitam de anos anteriores.

Deputado António Regala, concordo com 90% daquilo que disse à excepção do seguinte: falou de uma questão que é o Orçamento ser feito como é feito em nossas casas.

Os orçamentos públicos não podem e não têm as mesmas regras de execução. Portanto, isso nunca nós podemos concorrer uma coisa com a outra. E falou de uma segunda coisa que é a margem para ambição. O problema no município de Aveiro, nos oito anos anteriores ao nosso, é que essa margem para ambição foi sempre sendo esticada e muito esticada e deu no resultado em que deu, esse é o principal problema.

Mas eu posso-lhe propor três ideias que resolveriam não só o problema do orçamento da Câmara de Aveiro, mas se calhar a maioria dos municípios portugueses. Primeiro a Administração Central deveria assumir toda a dívida dos municípios, uma vez que a mesma foi contraída com o conhecimento dela e muitas vezes por obrigação imposta por ela.

A segunda, ter ‘receitas’ que os orçamentos fossem feitos com base nas receitas da média dos últimos três anos, com uma variação apenas de 10% e que incluiria as GOP’s. E que todos os ‘compromissos’ não iniciados até ao final do ano, imediatamente caíssem.

Julgo que com estas três pequenas medidas em Portugal, a Administração Local seria regida com outra maneira de trabalhar e provavelmente não estaríamos a discutir aqui situações que de facto a nós em termos técnicos, eu não sou técnico, mas percebo a lógica dos documentos, mas em termos reais de facto como diz o António Granjeira é de facto muito incompreensível para muita gente aquilo que se passa.

Deputado António Rodrigues, só nos disse que este era um Plano. Para ser um Plano quinquenal, o que conjugado com o que o deputado Raúl Martins disse, que era uma tarefa ciclópica, nós estamos a perceber que de facto para o partido socialista fazer obras é de facto algo muito complicado e só ao longo de muitos anos é que consegue fazer.

Deixe-me só transmitir isto em relação ao emprego no município. Em relação ao emprego no município nós não prometemos cento e cinquenta mil postos de trabalho! Nem coisa que se pareça. Mas tivemos o reconhecimento de reduzir os encargos com as famílias e com as empresas por forma a poder criar esse emprego.

Manuel António Coimbra de facto 56,5 milhões de euros rendas, concessão dos SMA's. Os terrenos não são os mesmos são bastante menos. Houve essa preocupação. Sabemos dos tempos difíceis e, portanto, não prevemos vender os terrenos que estavam previstos inicialmente.

Raúl Martins já falámos da tarefa ciclópica. Quanto à questão do Orçamento ser aprovado em 2009 deixe-me dizer que, neste momento não estamos a funcionar em duodécimos. O Orçamento tem que ir a duas câmaras — está a cumprir a segunda câmara e, portanto, estava a fazer algo que é obrigatório por lei e nós respeitamos.

Quanto aos dois milhões de euros para consultadoria. O senhor deputado sabe perfeitamente grande parte desses dois milhões de euros vão ser julgados pelo órgão a que pertence e a questão de ser consultadoria é o termo exactamente, são 'estudos e consultadoria' que é algo que está definido nos próprios documentos do QREN em que muitas das prestações de serviço tem que ser referidas desta forma.

Quanto aos projectos a nível de quadros comunitários, acho que está evidenciado. Deixe-me só dizer-lhe isto, não sei quanto é que foi para o jardim Oudinot, espero que o Eng.º Ribau Esteves tenha ido buscar lá muito dinheiro, é bom sinal para a região de Aveiro, nós acreditamos na região de Aveiro e daí os nossos parabéns. Dizer-lhe o seguinte: a expectativa da Câmara Municipal em projectos que já estão para aprovação e alguns já aprovados, concretizados, são cerca de um milhão de euros. Se de facto, é muito ou não, talvez de facto a gente possa ir buscar lá mais algum — é algo que vamos com certeza analisar. Sabemos que foi estendido agora o prazo do QCA e portanto iremos com certeza analisar. Não é o 'estar feito' o senhor deputado não estava era a contar que de facto nós já tivéssemos ido buscar dinheiro em overbooking e portanto peço-lhe desculpa, mas nós estamos a trabalhar quanto a fundos comunitário.

Quanto a fundos comunitários, e só para todos ficarmos esclarecidos, eu já falei disto na semana passada, mas dizer-lhes o seguinte: está previsto neste Orçamento e tivemos algum azar, porque de facto durante dois anos andámos a perspectivar que o QREN avançasse e não avançou. Mas as nossas perspectivas são de ir buscar cerca de 17 milhões de euros de financiamento de fundos comunitários, dos quais muitos desses já estão aprovados ou estão em processos de contratualização, nomeadamente em termos de contratualização ao âmbito da CIRA. Portanto julgo que estamos esclarecidos quanto ao dinheiro que estamos expectantes de ir buscar e provavelmente se formos buscar num ano 17 milhões de euros vamos ultrapassar em larga soma qualquer ano da governação socialista em termos de fundos comunitários.

Quanto ao senhor deputado Peralta. Olhe, obviamente que disse uma data de baboseiras políticas, completamente escusadas e não correspondem sequer a realidades concretas. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa: os serviços prestados pelos Serviços Municipalizados de Aveiro não são maus e o senhor disse que os Serviços eram mal prestados. Agradecia que corrigisse isso porque é uma grande mentira. Os Serviços Municipalizados de Aveiro são das melhores entidades prestadoras de serviços na área do ambiente do país. E portanto nesse aspecto temos que agradecer o trabalho que é feito por neste momento por 210 pessoas e que é bem feito. Mas há uma coisa que o senhor deve ter noção dentro daquilo que disse, que realmente mostra muito bem como é que pensa o Bloco de Esquerda, os senhores acham que a água é de todos. Mas eu pergunto que de facto se o lixo e saneamento não são de facto bens essenciais

para a população? Tanto mais que muitas vezes ao contrário daquilo que se pensa a questão da saúde pública não está na questão da água, mas sim nas questões do saneamento e do tratamento de lixo.

Isso é muito mais importante provavelmente que a questão do abastecimento da água e portanto só nessas pequenas coisas gostava que (até porque algumas das coisas que disse fui eu que lhas transmiti) analisasse o seu ponto de vista. Em termos ideológicos pode não concordar, pode dizer aquilo que quiser, mas analise de facto as questões em concreto antes de falar porque acho que é importante.

Deputado Pires da Rosa, eu esqueci-me de transmitir aqui a questão dos Serviços Municipalizados. O valor dos 56 milhões que eu saiba não é uma concessão gratuita; são 56 milhões. Aquilo que está a ser feito e não avançou no ano passado de 2008, é porque de facto a Câmara Municipal de Aveiro entende que esta área, é uma área de interesse intermunicipal e nós podemos de facto ter grandes mais-valias. Nesse sentido todos os estudos que tem sido feitos por empresas credíveis do sector, nomeadamente a Deolite que trabalhou para a Associação de Municípios da Ria e de agora da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e para o próprio grupo ADP, transmitiram que estes valores, os 56 milhões que nós referimos, são valores perfeitamente dentro daquilo que é estimável. E portanto aí não é uma questão de vender ou não a privados. Temos como repararam o grupo ADP que é 100% público. Há ainda a hipótese de fazer uma parceria com eles e, portanto, temos aí muito caminho a percorrer e esperemos fazer bem o trabalho de casa para conseguir fazer de facto uma entidade intermunicipal nesta área, que permita servir melhor os municípios de Aveiro e da região de Aveiro. O Senhor Presidente com certeza irá falar sobre a questão das obras do Governo Central. Estudos para o hospital central, dentro dos dois milhões que referiu o seu colega de bancada, com certeza haverá lá algum dinheiro para fazer esses estudos.

Quanto ao aspecto social, senhor deputado. Eu percebo aquilo que está a referir, está a referir-se ao que diz as GOP's. Mas eu reportava aquilo que o senhor Presidente disse inicialmente em relação àquilo que foi decidido por este executivo que são as GOP's de 2008. Em que temos 33,9 milhões de euros. Desses 33,9 milhões de euros 24% são para a área social, para as diversas áreas sociais, dentro dos quais eu só gostava de referir uma que é para nós essencial, que é o programa PARES. O programa PARES como sabem é um projecto avançado pela Administração Central, os nossos parabéns nesse aspecto, no qual a Câmara de Aveiro assumiu um papel muito importante junto das entidades, e das IPSS's, e não só, e contribui não só com a parte técnica, mas também com a participação restante para que de facto nós tenhamos soluções para estas áreas tão importantes como é o apoio à infância e o apoio à terceira idade.

Quanto à parceria pública ou privada. Eu vou-lhe transmitir, eu já o referi na semana passada, apenas o seguinte: a nossa visão da parceria pública ou privada baseia-se em duas coisas. O estado das nossas escolas e a necessidade de as reabilitar com urgência. E faço questão de referir com urgência, com uma urgência que os fundos comunitários não permitirão. Mas isso a gente poderá ver se eles de facto irão ajudar ou não e a sua manutenção ao longo do tempo. Se vocês repararem é sem dúvida aquilo que é mais importante. Nós temos no nosso concelho escolas EB2,3, que não tiveram manutenção durante quinze anos. Este ano tiveram uma pintura e que estão completamente degradadas. A questão da manutenção nas escolas é muito importante e tinha impedido que muitas das escolas do primeiro ciclo tivessem chegado ao ponto que chegaram.

Mas como os senhores deputados voltaram a falar nisso, eu gostava de vos transmitir, nestes últimos três anos esta maioria fez tanto ou mais do que a anterior maioria fez nos oito anos anteriores. São números, são dados concretos, o número de construção de salas de aula que vocês fizeram, o número que nós temos feito, as recuperações que temos feito nas várias escolas com aquilo que foi feito nos outros anteriores. O jardim infantil foi lançado a concurso por este executivo, inaugurado por este executivo por minha iniciativa senhor deputado.

Miguel Fernandes Moveaveiro. Duas questões importantíssimas. Ponto um, foi deliberado durante 2008 que o executivo municipal autorizará mandar a empresa e a Administração para lançarem as concessões das várias áreas de actividade da empresa. É isso que nós pretendemos seguir. A segunda que para nós é mais importante, que é o acordo da empresa. Nós estamos neste momento a dialogar e esperamos chegar obviamente a um acordo com os sindicatos e neste momento aquilo que está a decorrer é um diálogo aberto, liderado pelo vereador Caetano Alves, que é a pessoa responsável pelos recursos humanos. Esperemos com certeza atingir isso mesmo. É pronto, da minha parte é tudo.”

Vereador Miguel Capão Filipe ⁰³⁸
Vice-presidente ⁰³⁹

Presidente da Câmara ⁰⁴⁰

“Três ou quatro notas finais. A primeira para dizer que ter uma equipa assim excelente como nós temos no executivo tem uma dupla vantagem, uma vantagem pessoal porque facilita a vida, tem também uma vantagem colectiva, porque quando somos mais a trabalhar, quando todos participamos, quando todos colaboramos, naturalmente que é possível enriquecer mais a nossa acção. Fico muito feliz por esta equipa e fico muito feliz por apenas me restarem quatro ou cinco questões para tentar esclarecer.

Uma delas tem a ver com o assunto colocado pelo senhor representante da Junta de Oliveirinha. A N 230-1 especificamente essa rua. Esta rua é assumida por nós como uma prioridade. Como sabe recentemente conseguiu-se a municipalização dessa via que era o primeiro passo no sentido da sua requalificação. Depois conseguimos inclui-la no âmbito da contratualização de forma a garantir o apoio para a sua execução. Ainda hoje tivemos uma reunião especificamente para tratar da N230-1, estamos naturalmente empenhados que essa via de ligação entre o centro de Eixo e o centro das Quintãs se venha a concretizar. Com a burocracia normal que estes processos têm, não é seguro que ela se concretize quando queremos, de qualquer forma fica aqui este reafirmar do compromisso que esta é uma das obras prioritárias que nós temos à nossa frente.

Dr. Pires da Rosa. Quería-lhe agradecer a proposta que fez desta alteração na Ordem de Trabalhos. Foi importante para o município. Em relação à questão da referência ou não referência inicial que eu terei feito ou eu não terei feito ao papel da Administração Central em alguns projectos, acredito que a tenha feito inicialmente, pelo menos ela está aqui escrita e era para ser dita, se não o disse vou dizê-lo, se o disse reafirmo aquilo que disse dizendo assim: há ainda projectos da Administração Central que gostaríamos que se iniciassem ou que fossem concretizados neste ano de 2009. Se não o fiz está feito agora e se o fiz está reafirmado isso que foi dito na altura.

Por último em relação à questão colocada em relação aos funcionários da Câmara. No início do ano nós recebemos dados que havia-mos solicitado à divisão de recursos humanos, estive agora a confirmá-los também com o Dr. Caetano Alves e, portanto, estes dados são actuais, mais actuais que a própria informação que consta da Comunicação Escrita porque como sabem a Comunicação Escrita reporta-se ao período de Setembro a Novembro, quando foi elaborada penso que o número de funcionários vem indicado, referia-se a 30 de Setembro. Portanto há já neste momento uma redução em relação ao número que está indicado nesse quadro e uma redução significativa. Procurando responder à questão, em 31 de Dezembro de 1997 a Câmara tinha 819 funcionários, o universo municipal tinha 819 funcionários. Em 31 de Dezembro de 2001 tinha 1021 funcionários, em 31 de Dezembro de 2005 tinha 1103 funcionários, portanto tinha mais duzentos e oitenta e quatro do que tinha em 1997, o que dá uma média de 36 novos funcionários por ano que foram admitidos à data de 31 de Dezembro. Isto são dados muito recentes da divisão de recursos humanos e se quisermos comparar com 2005, a data em que nós entrámos na Câmara em 31 de Dezembro de 2005 havia 686

funcionários. Agora há 660. Portanto já há uma redução significativa até Dezembro, temos menos 26 funcionários na Câmara. Nos Serviços Municipalizados de Aveiro em 2005 tínhamos 230 funcionários, em Dezembro tínhamos 204, temos menos 26 funcionários nos Serviços. Nas Empresas Municipais tínhamos 187, temos agora 177 funcionários, menos 10. Portanto significa que num total entre 31 de Dezembro de 2005, de 1103 temos agora em 31 de Dezembro de 2008, 1041, o que significa menos 62 funcionários.

Como sabem nós tínhamos apontado para este mandato um objectivo que era a redução do número de funcionários em 1. Na altura recorde-me que foi até objecto de algumas graçolas esse objectivo de dizer em 1. Mas é preferível começar por prometer reduzir em 1 e conseguirmos depois chegar aos 62 já nesta altura. Queria agradecer aqui a pessoas que se empenharam muito para que isto fosse possível. A primeira pessoa foi o Dr. Jorge Greno que esteve inicialmente com os Recursos Humanos, ao Prof. Caetano Alves que está agora com esse processo do pessoal, aos restantes vereadores naturalmente, também aos serviços que tiveram que se adaptar a estas novas realidades. Obrigado Senhora Presidente.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁴¹

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: ⁰⁴²

“Duas ou três notas. Em primeiro lugar gostaria de ver melhor explicada essa história do documento que nos apresentam, aqui ter seiscentos e oitenta e três postos de trabalho e agora já há menos vinte — miraculosamente!? Espero que sejam números do ano passado e não sejam números já deste ano. Porque como é óbvio há um recurso muito grande às reformas neste princípio do ano. Gostaria também de perceber bem se esta alteração dos trabalhos foi valorizada pelo Dr. Élio e desvalorizada pelo Dr. Pedro Ferreira. Gostava de saber em que é que ficam. Foi bom alterarem-se os trabalhos ou não foi bom alterarem-se os trabalhos? Ou foi mau? É bom que se diga. Está claro que o Dr. Pedro Ferreira diz: Ah, isso não há problemas nenhuns, nós estávamos a trabalhar em duodécimos — e podiam trabalhar vinte anos, porque o Orçamento do ano passado que tinham aprovado dava para trabalhar vinte anos. Ao fim de três meses já tinham o Orçamento do ano, já podiam levantar o dinheiro todo do Orçamento do ano real, do Orçamento real.

Contratualização. O Sr. Eng.º Carlos Santos disse que estão a fazer um excelente trabalho ao nível da CIRA!? Senhor Eng.º Carlos Santos, com o respeito todo e a consideração que lhe tenho, sempre gostaria de dizer que tem que acertar isso, esse dialogo com os seus colegas da CIRA, porque os seus parceiros da CIRA dizem que a Câmara não tem feito nada e que tem sido um contra-peso em todo o sistema, essa é que é a verdade. Agora se eles, com quem eu falo dizem uma coisa e o senhor diz outra! Eu não sei quem é que tem razão, mas gostaria que obviamente fosse o senhor Eng.º Carlos Santos a ter razão.

Quanto aos buracos. Eu espero que o alcatrão não vá todo para Oliveirinha. Porque de facto Oliveirinha tem estradas (eu nem sei se aquilo são estradas, porque normalmente uma pessoa perde-se ali nas vielas quando sai da auto-estrada e depois só encontra a estrada outra vez à saída quando chega para Ílhavo — perde-a aqui neste intervalo). Mas que não se perca lá o alcatrão todo porque as outras freguesias também estão muito más. Eu já nem digo que haja alguma que esteja boa e nem quero que elas fiquem todas boas, mas que fiquem ao menos razoáveis! Razoáveis, é o que eu peço. Que as freguesias fiquem com revestimentos nas suas artérias principais razoáveis, razoáveis. Porque obviamente muito sinceramente espero que isso aconteça, mas de facto sei que não vai acontecer infelizmente.

Quanto ao que eu estava a falar quando eu me referi aos fundos do QREN. Não me estava a referir à contratualização. A contratualização foi um valor que foi arranjado à boleia. À boleia dos outros, enfim. Estava a falar da regeneração urbana. Parece que correu bastante bem,

mas principalmente nas escolas. Aproveitem o dinheiro das escolas. Metam os projectos e metam-nos rapidamente para quando abrir o próximo concurso. Deixem-se lá dessas tolices das parcerias público ou privadas, deixem isso para a outra geração. Agora façam coisas concretas e arranquem com isso para a frente. E há também outras coisas onde podem para além daquilo que já foram buscar, ir buscar dinheiro. E todo o dinheiro é bem-vindo, mas é obvio que é preciso trabalhar.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁴³

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁴⁴

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁴⁵

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: ⁰⁴⁶

“Bem, Pedro Ferreira saiu-se muito airosamente e de uma forma muito simples – “ah, o Nelson Peralta só disse baboseiras”. Não as enumerou! Mas eu enumero a única baboseira que eu disse: “que Pedro Ferreira, respondendo a um deputado disse que a questão das rendas já foi transmitida”.

Que fique registado em acta, eu quero que as duas intervenções fiquem registadas em acta, que quem informou esta Assembleia Municipal que cinquenta e seis milhões de euros de “Outras rendas” era a concessão da água e do saneamento, fui eu, não foi a Câmara Municipal, fui eu. É no mínimo muito curioso! E vamos ver então se isto é uma baboseira ou não. Antes de mais, Pedro Ferreira, também cita-me completamente ao contrário. Diz que eu disse que os actuais Serviços públicos de água e saneamento são mal servidos. E eu disse exactamente o contrário: que têm qualidade e que a consequência da privatização é exactamente a perda de qualidade. Mas peguemos nas palavras de Pedro Ferreira. Água, lixo e saneamento são essenciais. São serviços públicos universais e são bens geridos, funcionam bem, estas são as palavras de Pedro Ferreira. Portanto se funcionam bem, se são universais, porque é que as vamos privatizar? Não sou eu que tenho que estar na defensiva, é Pedro Ferreira, porque quer alterar algo que diz que funciona muito bem.

E agora vamos à questão do empobrecimento novamente. Esta escolha económica que a Câmara Municipal de Aveiro está aqui a fazer hoje é a mesma escolha que nos últimos trinta anos tem sido feitas. Isto é assim: antes de há trinta anos, a parte não paga do trabalho do trabalhador era explorada, a partir de há trinta anos criou-se uma coisa muito melhor que é a paga do trabalho, isto é o salário. Passou também a ser explorada pelo modelo chamado rentista. Isto é, foram constituídas rendas, dois tipos de rendas, inflação e juros. Inflação deriva da privatização dos Serviços Públicos; os juros deriva do mercado associado ao mercado de habitação e outras necessidades sociais, porque as pessoas passaram a ser tão pobres que não conseguiam sequer satisfazer as suas necessidades básicas como uma casa. E este é o mesmo modelo de desenvolvimento que a Câmara Municipal quer aqui aplicar. O modelo de privatização dos serviços públicos. Transformar em negócio aquilo que é uma necessidade básica da população. E fazer com que a população pague por isso com o seu salário. Eu percebo todo o desconforto que eu causei na minha primeira intervenção quer ao vereador Pedro Ferreira, quer a dois deputados nesta Assembleia. É que eu defendo a ideia mais revolucionária de todas, que é a democracia. Isto é, a democracia é uma ideia muito incómoda como estão a ver. Eu defendo a democracia. Isto é, a sociedade organiza-se como muito bem entende que se deve organizar, independentemente dos interesses económicos. E aquilo que tem sido feito nos últimos trinta anos, aquilo que a Câmara Municipal de Aveiro aqui faz hoje, na crença que dando mais benesses e dando mais formas de negócio à sociedade se desenvolve, é exactamente o empobrecimento quer pelas rendas, quer inflação, quer juros. E por isso eu percebo o quão incómodo é um socialista e democrata aqui nesta Assembleia.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu à Mesa a transcrição em acta: ⁰⁴⁷

“Muito Obrigado. Eu queria esclarecer o Dr. Pedro Ferreira que a questão que coloquei relativamente ao emprego, desemprego, foi no enquadramento da actividade do Dr. Caetano Alves, que me parece, volto a repetir, o homem bom deste executivo e não o bom homem que o Dr. Pedro Ferreira quis acelerar naquilo que referi e naquilo que procura referir-se. Uma esperteza ou um diatribe em politica pouco aconselhável porque não colhe normalmente. Porque os actos ficam apenas e só com quem os pratica. Aquilo que era espectável era que o Dr. Caetano Alves nos disse-se se a redução de pessoal no seu impacto no emprego ou desemprego, se ele decorre do índice de envelhecimento e se os reformados têm tido a sua remoção. Porque com a introdução de novas tecnologias há que haver lugar recurso a novos funcionários, mas devidamente qualificados para o exercício. De forma que a eficácia e a eficiência se mantenha. Era isto que gostávamos de ouvir. Contrariamente ouvimos a baboseira que não nos respondia a nada. Era isto que eu quero e reponho ao Senhor Vereador. Relativamente ao Dr. Capão Filipe que eu aprecio imenso e que fiquei a saber que dentro de três meses vamos ter um instrumento essencial para o exercício e desenvolvimento de politicas que a este executivo muita falta fazem. Eu aprecio o discurso ontológico do Dr. Capão Filipe. Em que tudo é visto de um modo metafísico. Mas temos de cair no real. Utilizando este documento estou certo e a partir daqui, a tarefa social desta Câmara vai ser substantivamente diferente do que até hoje. Poderá contribuir de facto para que as manchas de pobreza não entrem na exclusão total e absoluta. Pode suceder se esta Câmara tiver a sensibilidade necessária que os riscos de segurança que todo este conjunto de problemas vão levantar podem ser integrados através do exercício formativo do envolvimento de todos os actores sociais no sentido da integração e não da exclusão. Esta tarefa de termos este instrumento de diagnóstico social é a pedra angular para quem tem de decidir e monitorizar acções profiláticas e curativas. É de facto essencial e nós não sabíamos. Ficamos à espera agora da acção pós envio desse diagnóstico a todas as bancadas. Disse.”

Da Câmara Municipal

Vereador Caetano Alves ⁰⁴⁸

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁴⁹

“Só para esclarecer o senhor deputado Raúl Martins. De facto agradecer ao Deputado Pires da Rosa a proposta de alteração à Ordem do Dia e esclarecer também que não estamos a trabalhar em duodécimos.”

Presidente da Câmara ⁰⁵⁰

“Duas notas finais. Em termos de funcionários, foram dados fornecidos pela Divisão de Recursos Humanos à data de 31 Dezembro de 2008. Portanto não temos nenhuma razão para duvidar desse números que nos foram facultados pelos serviços. Última nota, sobre uma afirmação aqui produzida sobre a regeneração urbana “pelo que me parece correu muito bem”. Gostei do “pelo que me parece” e penso que estamos todos muitos felizes e estamos naturalmente gratos a todos os que trabalharam, a todos os que ajudaram, a todos os que viabilizaram daquilo que parece ser a aprovação do projecto. Este era um dos grandes sonhos que nós tínhamos. Foi aqui referido, era o décimo nono, era um sonho para 2009, em que seja aprovado o projecto do parque de sustentabilidade, em um dos grandes sonhos. Todas as grandes caminhadas começam por um primeiro passo. Acredito que este tenha sido o primeiro passo numa grande caminhada e numa caminhada importante para Aveiro. Muito obrigado a todos os que ajudaram nesta concretização.”

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa⁰⁵¹ colocou à votação o Ponto 2. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009 da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados de Aveiro – discussão e aprovação, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte três votos a favor (PSD18+CDS5) cinco abstenções (CDS1+PS4) e doze votos contra (PS10+PCP1+BE1).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Nelson Peralta (BE) ⁰⁵²

“Correndo o risco de repetir um pouco o que já disse, uma breve declaração de voto. O Bloco de Esquerda vota contra este Orçamento que dita a privatização dos serviços públicos mais básicos da população. Este opção é a repetição de um modelo progressivo de empobrecimento colectivo, pelo encarecimento do custo de vida, nomeadamente no que se refere às necessidades básicas agora transformadas em negócio e ainda pelo pagamento de rendas públicas a privados individuais portadores desses serviços. A estes factores, soma-se a diminuição da qualidade dos serviços públicos. O Bloco de Esquerda defende serviços públicos de qualidade e universais, pelo que vota contra este Orçamento.”

Vogal Manuel António Coimbra (PSD) ⁰⁵³

“Muito obrigado Senhora Presidente. A bancada do PSD votou favoravelmente as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2009 da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados de Aveiro, por estes documentos reflectirem as opções políticas que levam ao início do saneamento financeiro do município, à concretização do plano de pagamento da dívida que se vem acumulando nos últimos oito anos, e ao desenvolvimento solidário do município como um todo. Aveiro com este Plano de Actividades e Orçamento, está dotado dos instrumentos legais para mesmo em altura de crise financeira mundial a que o município não é excepção, voltar a ser um município cumpridor dos seus compromissos, merecedor de confiança dos seus concidadãos e gerador de desenvolvimento económico e social. Muito obrigado.”

Vogal António Regala (PCP) ⁰⁵⁴

“É uma breve declaração de voto no seguimento aliás da intervenção que tive. Por estas Gops e Orçamento serem a continuidade da política que conduz a um cada vez maior aumento da dívida, e perspectivarem um estado de falência, e não fazerem vislumbrar qualquer recuperação do estado das finanças municipais votámos contra.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁵⁵

“Senhora Presidente, votámos favoravelmente este Orçamento e as Grandes Opções do Plano, por entendermos que este é um documento contornado pelo esforço e pela disciplina que ditam as regras orçamentais. Um documento que também é orientado sem dúvida pelos compromissos que foram assumidos, quer com as freguesias, quer com os munícipes. Um Orçamento que desejamos que no futuro marque uma nova época para as contas municipais e que abra portas também para uma nova era de esforço e pelo aforro para as contas municipais, e que em resumo devolva o bom-nome a esta Câmara.”

Vogal António Granjeira (CDS/PP) ⁰⁵⁶

“Em consciência abstive-me, embora não seja contra o Orçamento, que concordo com ele, mas porque eu não posso em consciência votar da mesma forma que votei contra os outros orçamentos anteriores abstive-me. Eu reconheço que a culpa não é da Câmara. Que a culpa é da lei. Mas eu em consciência não concordo com este género de Orçamentos e por isso me

abstive. E abstive-me também, porque o meu voto de abstenção não comprometia a passagem do Orçamento, se assim o fizesse teria votado a favor. Obrigado.”

De seguida a presidente da Mesa⁰⁵⁷ nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando, a Presidente da Mesa⁰⁵⁸ deu por encerrada a segunda reunião a Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 09 de Janeiro (6.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 00:30 horas do dia 06 de Janeiro de 2009.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)